

DA OBAN AOS DOI-CODIS: A TRAJETÓRIA REPRESSIVA DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)¹

Luana Silva de Brito², José Rubens Mascarenhas de Almeida³

RESUMO

Esta pesquisa investiga a repressão empreendida durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) a partir da análise da atuação da Operação Bandeirante (OBAN) e seu sucessor, o Destacamento de Operações de Informações - Centros de Operações e Defesa Interna (DOI-CODIs). Esses órgãos se destacaram no combate à chamada “subversão” durante o período, representando a especialização da repressão, estruturados a partir de tentativa e erro com órgãos repressivos anteriores. O estudo, de caráter qualitativo, adota a revisão bibliográfica como método, juntamente com a análise e a sistematização de conteúdo na perspectiva do Materialismo Histórico, buscando assim evidenciar a centralização e o aprimoramento das práticas repressivas, assim como, dos discursos institucionais que legitimavam a violência de Estado no período. A investigação do funcionamento desses órgãos, suas estruturas internas e dos seus métodos revelam um aparato altamente burocratizado e estruturado hierarquicamente, marcado por um constante fluxo de informações e por uma cadeia de comando bem definida. A pesquisa contribui para o campo historiográfico ao reunir dados e interpretações a respeito de órgãos que ficaram marcados na história do país pela crueldade de atuação, além de proporcionar bases para o entendimento de resquícios da ditadura que persistem até os dias atuais, como o legado de impunidade e a violência estatal institucionalizada que permanecem.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura, DOI-CODI, OBAN, Operação Bandeirante, Repressão.

FROM OBAN TO DOI-CODIS: THE REPRESSIVE TRAJECTORY OF THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985)

ABSTRACT

This research investigates the repression undertaken during the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985) by analyzing the actions of Operation Bandeirante (OBAN) and its successor, the Information Operations Detachment - Operations and Internal Defense Centers (DOI-CODIs). These agencies distinguished themselves in combating so-called "subversion" during the period, representing the specialization of repression, structured based on trial and error with previous repressive agencies. This qualitative study adopts

¹ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

² Licencianda em História, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus Vitória da Conquista - BA; 202320214@uesb.edu.br.

³ Doutor em Ciências Sociais, docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)/Campus de Vitória da Conquista - BA; rubens.mascarenhas@uesb.edu.br.

a bibliographic review as its method, along with the analysis and systematization of content from the perspective of Historical Materialism, thus seeking to highlight the centralization and refinement of repressive practices, as well as the institutional discourses that legitimized State violence during the period. The investigation of the functioning of these agencies, their internal structures, and their methods reveal a highly bureaucratized and hierarchically structured apparatus, marked by a constant flow of information and a well-defined chain of command. This research contributes to the field of historiography by gathering data and interpretations about agencies marked in the country's history by their brutal actions, in addition to providing a basis for understanding the remnants of the dictatorship that persist to this day, such as the legacy of impunity and institutionalized State violence.

KEYWORDS: Dictatorship, DOI-CODI, OBAN, Operation Bandeirante, Repression.

INTRODUÇÃO

O golpe civil-militar instaurado em abril de 1964 tinha como ideal acabar com o que os militares consideravam os dois principais males do país: a corrupção e a subversão. Com o apoio e o patrocínio de boa parte dos empresários e políticos corruptos ao golpe, os subversivos, qualquer pessoa que fosse contrário ou tivesse críticas com relação ao regime, passou a ser sistematicamente perseguida (Figueiredo, 2005).

Para enfrentar o “inimigo interno” e tentar erradicar e controlar toda e qualquer oposição política, o regime militar utilizou um estratagema de Terrorismo de Estado e construiu uma grande teia de órgãos repressivos que, ao lado de estruturas já existentes, formaram os centros de informações e segurança, responsáveis pela produção e organização de informações, assim como pela repressão efetiva dos opositores (Joffily, 2008; Lemos, 2019). Lidando com uma gama de métodos, legais e ilegais, os militares, durante mais de 20 anos da ditadura (1964-1985), restringiram os direitos civis e feriram os direitos humanos com torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados, sobretudo por meio desses órgãos de informação (Lemos, 2019).

Entre os órgãos repressivos mencionados, estão a Operação Bandeirante (OBAN), criada em São Paulo em 1969, e os Destacamentos de Operações de Informações - Centros de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI), especialmente o de São Paulo, criados no ano seguinte, 1970, e que foram adotados como foco do presente trabalho para estudo dos aparelhos de repressão. Assim, essa pesquisa nasce da inquietação acerca do funcionamento desses órgãos e busca investigar as estruturas

internas, os métodos de interrogatório utilizados pelo regime e a finalidade das informações que eram obtidas pelos mesmos durante a ditadura civil-militar brasileira.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no Materialismo Histórico e desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. Tem como objetivo investigar a repressão durante a ditadura civil-militar brasileira por meio da análise do funcionamento e das estruturas internas de órgãos como a Operação Bandeirante (OBAN) e o Destacamentos de Operações de Informações - Centros de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI), entre os anos de 1969 e 1985, período de funcionamentos dos órgãos investigados.

Serão utilizadas fontes diversificadas como documentos reunidos e disponibilizados pelo Projeto “Brasil: Nunca Mais”, iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo que, entre 1979 e 1984, e teses, artigos, livros e dissertações, obtidos em periódicos científicos brasileiros e no Sistema de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizando as seguintes palavras-chave: ditadura, repressão, DOI CODI, Operação Bandeirante. Assim, este subprojeto de pesquisa dialoga com pesquisadores que se destacam no estudo da repressão e da ditadura militar, entre eles Carlos Fico, Mariana Joffily e Carolina Lemos.

Buscou-se assim uma análise crítica, abrangente e profunda do tema, por meio da leitura sistemática e do fichamento, analisar os conceitos chaves, categorias e argumentos utilizados por cada autor afim de fazer uma análise comparativa, buscando padrões e identificando os consensos e desavenças entre os mesmos. O levantamento se centrou em análises sobre a ditadura e repressão, assim como em análises sobre os órgãos repressivos em foco, mas também foram analisados outros conceitos como terrorismo de estado, violência estatal e Doutrina de Segurança Nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos demonstram que a construção do aparelho repressivo empregado pela ditadura civil-militar brasileira foi um processo lento e gradual, com base na Doutrina de Segurança Nacional, idealizado e projetado para cumprir a função de manter a ideologia doutrinária do regime e pôr fim à oposição política.

A Operação Bandeirante (OBAN), subordinada às 2ª Sessões do II Exército, estreava o envolvimento do exército com questões de natureza policial e surgiu da necessidade de uma unidade que agisse de maneira eficiente e instantânea, com uma dinâmica coordenada para o combate contra as guerrilhas urbanas armadas, as principais oponentes do regime. Era dividida em Central de Informações, Central de Operações e a Central de difusão, e dentro da Central de Informações existia a Coordenação de Execuções

A atuação da OBAN foi considerada pelos militares um verdadeiro sucesso e, a partir dela, são criados os DOI e os CODIs, dois órgãos distintos que se complementavam e exerciam a mesmas funções da OBAN em escala ampliada, visando que o combate ao crime político ocorresse em esfera federal, e não somente na estadual. Assim, entre os anos de 1970 e 1974, esses órgãos foram implementados em dez cidades e estados diferentes, buscando evitar a burocracia jurídica.

Ambos os órgãos, compostos de agentes do Exército, da Aeronáutica, da Marinha, da Polícia Civil e da Polícia Militar, utilizavam-se dos meios legais e ilegais, exercendo a violência física e psicológica para obter os resultados e informações necessárias. A principal ferramenta utilizada durante os interrogatórios era a tortura, seja ela física ou mental, amplamente utilizada durante o regime a fim de conseguir rapidamente as informações desejadas, mas também como forma de disseminar o medo e mostrar controle.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

Ao longo do levantamento bibliográfico e do fichamento sistemático realizado, foi possível constatar que o sistema repressivo era altamente burocratizado e estruturado, não se caracterizando como um conjunto de ações e excessos isolados e individuais, mas como um aparato hierarquizado, marcado com fluxo constante de informações e por uma cadeia de comando bem definida.

A análise evidenciou ainda o papel crucial que a OBAN e os DOI-CODIs representaram na centralização e aprimoramento das práticas repressivas, assumindo a função de “júri, juiz e carrasco” dos considerados inimigos do regime e da nação, fazendo com que sofressem as consequências de suas escolhas e atos nos porões da ditadura, mesmos que não chegassem a ser julgados pela Justiça Militar. Assim, tidos como traidores da pátria, os presos eram sistematicamente submetidos a tortura e a violência física e psicológica, o que revela a lógica de combate e aniquilação sustentada pelas engrenagens do sistema.

Ainda que não tenham sobrevivido ao fim do próprio sistema ditatorial, esses órgãos marcaram a história do país pela crueldade na atuação e no combate dos “subversivos” e de ideias opositoras a ideologia do regime, além de proporcionarem legados de impunidade e violência, sentidos até os dias atuais devido à falta de julgamento e condenação dos envolvidos.

A ausência de justiça e responsabilização dos militares envolvidos com crimes ocorridos durante a ditadura militar gera sintomas sociais e a perpetuação da violência estatal e a impunidade dos responsáveis, nesse contexto, não apenas apaga o passado, mas fomenta a repetição da barbárie em novas formas de violência institucional, como a causada pela polícia constantemente, e a relativa normalização dessa violência cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, J. R. M. de. Terrorismo de Estado e monopólio da violência na ditadura brasileira (1964-85). In: CAÑÓN, Lisandro (comp.). *Terrorismo de Estado: práticas, regímenes y Estados*. 1. ed. Ciudad de Córdoba: Lago Editora, 2024. p. 9-36.
2. *BRASIL: NUNCA MAIS*. Projeto A. Tomo V. v. I. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985. 999 p.
3. *BRASIL: NUNCA MAIS*. Projeto A. Tomo I. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985b. 176 p.
4. *COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE*. Relatório final: Volume 1. Brasília: CNV, 2014. 976 p.
5. D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
6. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
7. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
8. FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
9. FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula, 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
10. JOFFILY, M. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

11. LEMOS, Caroline Murta. *Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985)*. 2019. 384 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Campus de Laranjeiras, Laranjeiras, 2019.
12. PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional: Uruguai (1968–1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2005
13. SOUZA, Diego Oliveira de. *A atuação repressiva do DOI/CODI/II Exército: a visão militar e a justiça de transição nas iniciativas cíveis do Ministério Público Federal*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, 2015